



## **Perfil Socioeconômico do Município de Pinhalzinho/SC**

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

---

C837 Costa, Nilson Luiz et al.  
Perfil Socioeconômico do Município de Pinhalzinho/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.  
36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Oliveira, Gabriel Nunes de. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



**Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eugenio Poltronieri (Presidente)  
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)  
Giovana Giacomolli  
Gustavo Pereira Fortes  
Jocler Moresco  
Leocácio Gallo Paloschi  
Sérgio Luiz Triches  
Valéria Maria Zanatta Senger  
Walmor Liberalesso  
Willian Jeferson Bez

**CONSELHO FISCAL**

Carlos Alberto Pinheiro  
Ernilo Arteli Grellmann  
Sergio Roberto Basso  
Ronaldo Lima dos Santos  
Tiago Gadonski  
Valdomiro Tomazoni

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Márcio Girardi (Diretor Executivo)  
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)  
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

**GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)  
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)  
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



**Universidade Federal de Santa Maria**

**REITORIA**

Paulo Afonso Burmann (Reitor)  
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

**Campus de Palmeira das Missões**

Rafael Lazzari (Diretor)  
Adriano Lago (Vice-Diretor)

**Campus de Frederico Westphalen**

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)  
Igor Senger (Vice-Diretor)

**Centro de Ciências Rurais (CCR)**

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)  
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em  
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)  
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA  
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)  
Manoel Renato Teles Badke (Diretor  
Financeiro)  
Jeferson de Souza Flores (Diretor  
Administrativo)

**EXECUÇÃO DA PESQUISA**

**Núcleo de Pesquisas em Economia do  
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)  
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)  
Enio Giotto (Pesquisador)  
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)  
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)  
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068  
Convênio UFSM/FATEC

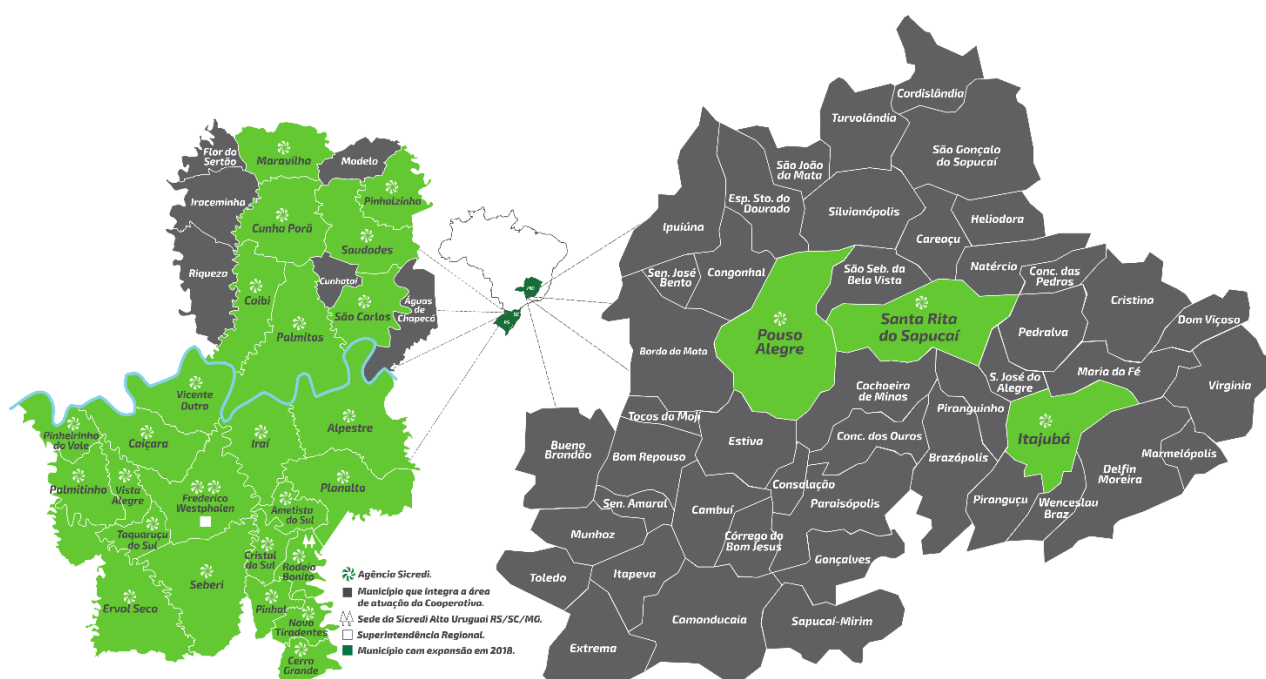
## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO</b> .....	7
2.1. Caracterização demográfica .....	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinhalzinho .....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial .....	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho .....	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária .....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento .....	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação .....	23
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil .....	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas .....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal .....	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento .....	29
<b>3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL</b> .....	31
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	36

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

**Figura 1.** Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Pinhalzinho/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

## 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 670 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Saudades e Nova Erechim ao Sul, Modelo ao Oeste, Sul Brasil ao Norte, Águas Frias e União do Oeste ao Leste.

Segundo a Lei nº 780 de 07 de dezembro de 1961, o município de Pinhalzinho foi criado, sendo instalado em 30 de dezembro de 1961, desmembrando-se de São Carlos, com 128,68 Km quadrados. Sendo conhecido popularmente por ser a "Capital da Amizade", pela lei nº 206/09.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 660 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°50'14" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 52°59'12" ao Oeste do Meridiano de Greenwich (PINHALZINHO, 2019).

### 2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu por várias origens étnicas, dentre elas destacam-se a etnia italiana, alemã e luso-brasileiros.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 20.313 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 16.332 habitantes (Tabela 1).

**Tabela 1.** População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	6.712	82%	6.903	85%	13.615	83%
Rural	14.65	18%	1.252	15%	2.717	17%
<b>Total</b>	<b>8.177</b>	<b>100%</b>	<b>8.155</b>	<b>100%</b>	<b>16.332</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 17% da população de Pinhalzinho vive na zona rural e 83% na zona urbana.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 21,36% tem até 14 anos, 20,41% de 15 a 29 anos, 44,02% de 30 a 59 anos e 14,22% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

**Tabela 2.** População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	1767	21,61	1721	21,10	3.488	21,36
15-29 anos	2457	30,05	2404	29,48	3.333	20,41
30-59 anos	3.205	39,20	3.099	38,00	7.189	44,02
60 ou mais	748	9,15	931	11,42	2322	14,22
<b>Totais</b>	<b>8.177</b>	<b>100</b>	<b>8.155</b>	<b>100</b>	<b>16.332</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

## 2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Pinhalzinho

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real<sup>1</sup>), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia<sup>2</sup>, o PIB real *per capita*<sup>3</sup>, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

<sup>1</sup> De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

<sup>2</sup> De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

<sup>3</sup> Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".



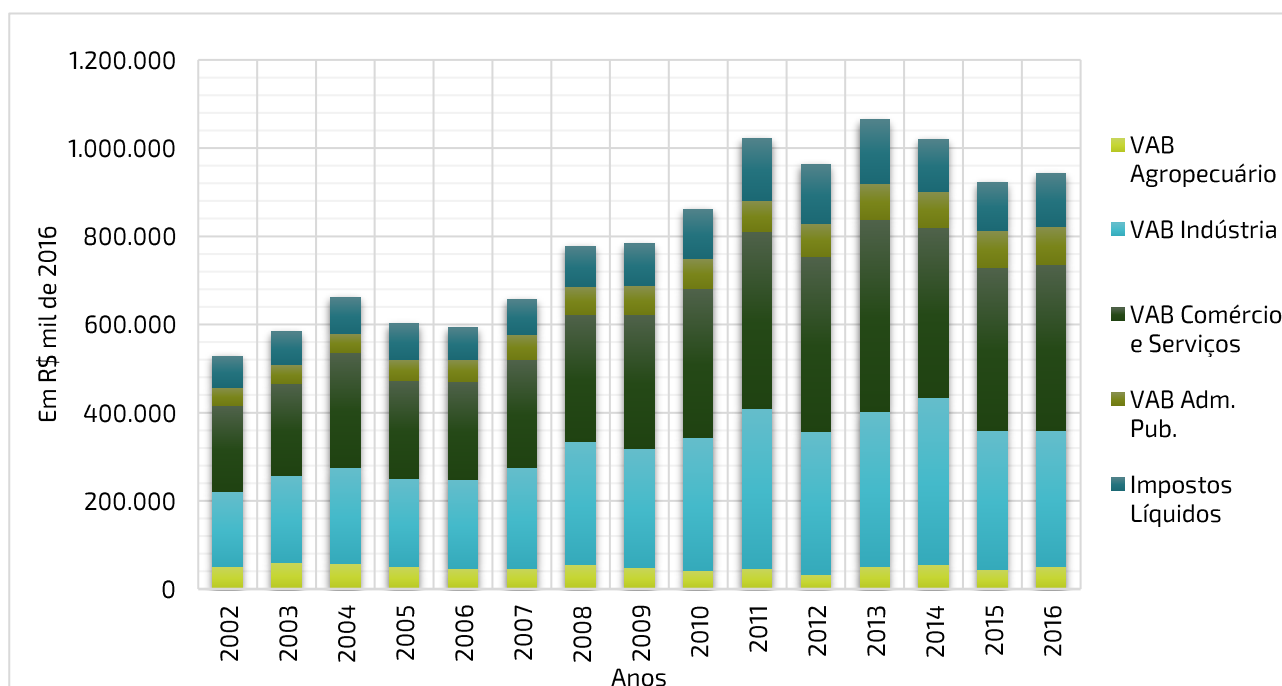
### 2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 528,37 milhões para R\$ 942,61 milhões (Figura 2).

No período, o setor de serviços e industrial se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas, com uma geração média no período de R\$ 310,1 milhões e R\$ 273,50 milhões respectivamente.

A administração pública vem em terceiro lugar gerando um valor médio de R\$ 63,88 milhões, seguido pela agropecuária com uma geração de R\$ 49,67 milhões. Destaque-se aqui o valor médio dos impostos líquidos, que no período alcançou o valor de R\$ 101,39 milhões. Em 2016 os impostos líquidos representaram 13% do PIB no mesmo ano

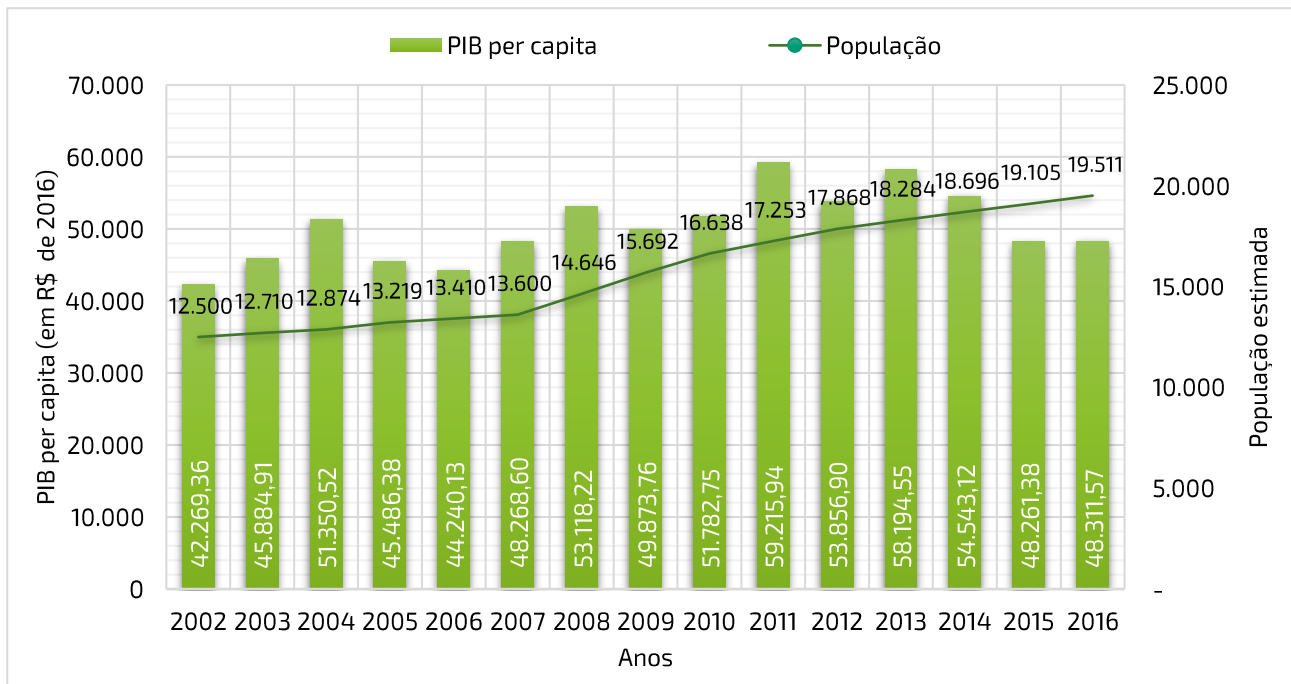
**Figura 2.** Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

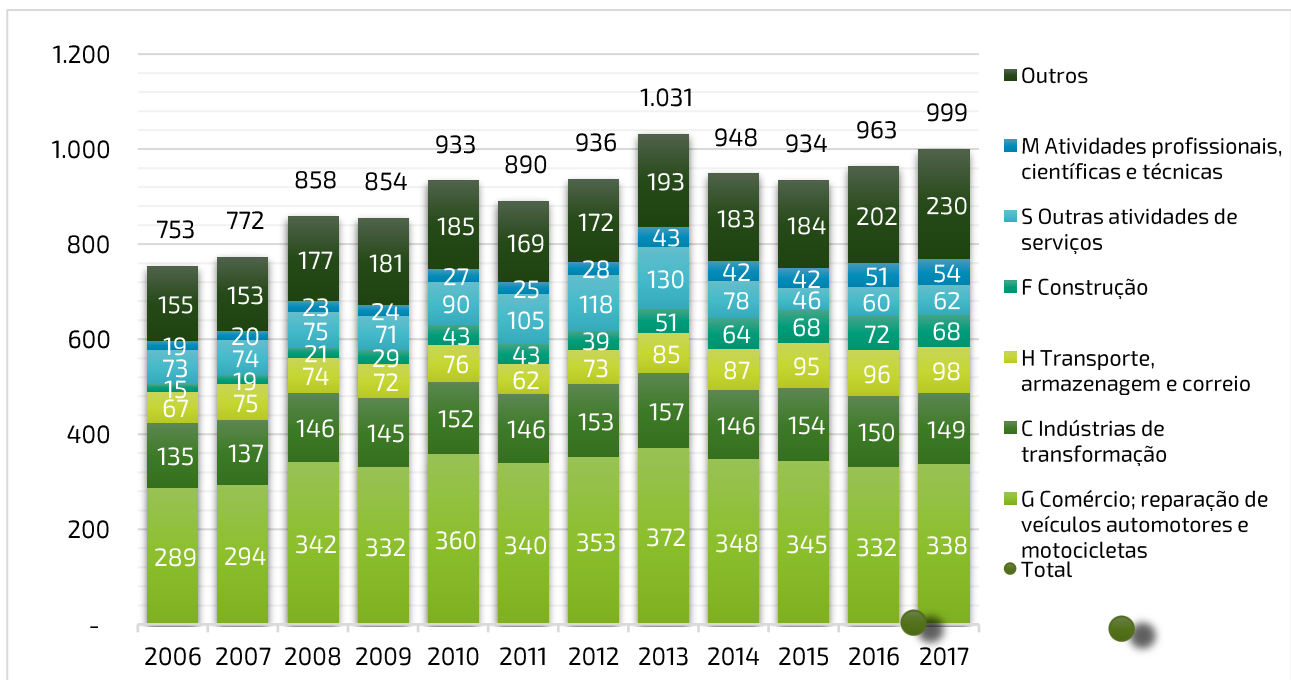
Do início do período analisado (2002) até 2013, o PIB per capita real evoluiu R\$ 42.269,36 para R\$ 58.856,90. No biênio de 2014/2015° PIB per capita recuou para R\$ 54.543,12 e R\$ 48.261,38 respectivamente, voltando a crescer em 2016, conforme é possível observar na Figura 3.

**Figura 3.** Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 4.** Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



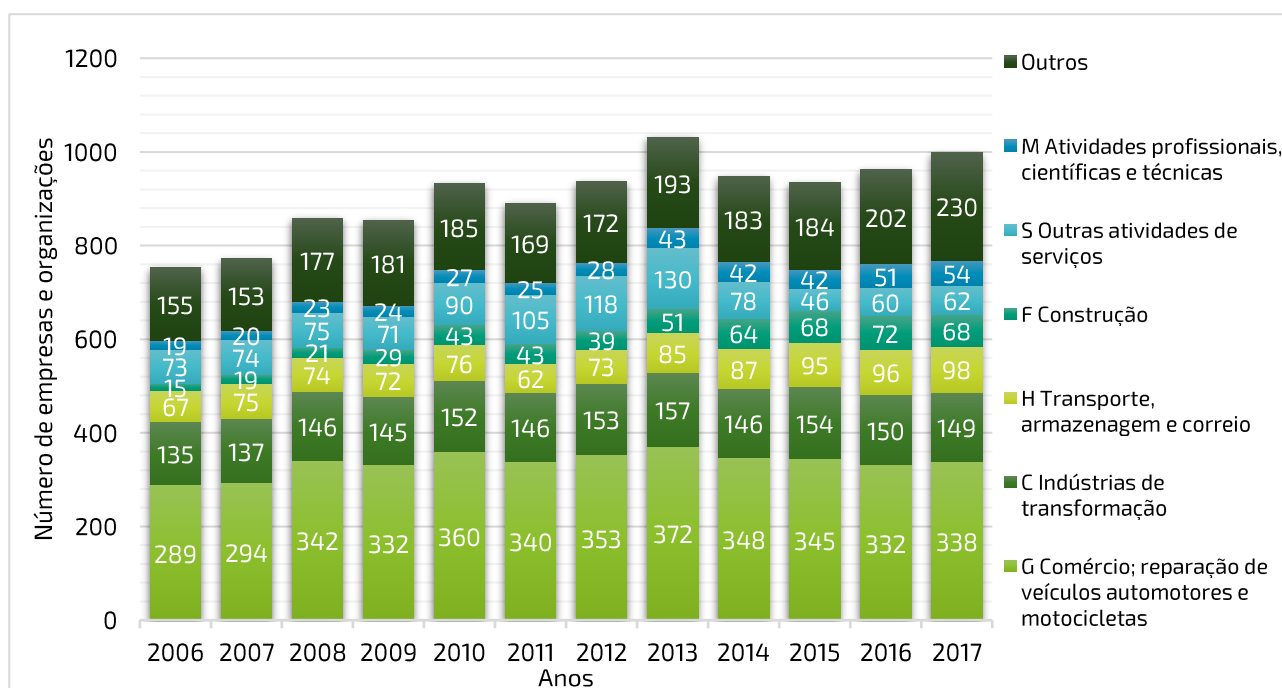
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que na média para o período de 2006 a 2016 representam 72,11% das empresas e organizações do município.

Em 2017, 291 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 167 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

**Figura 5.** Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (338 em 2017, equivalente a 33,83% do total), destacando que em 2013 esse número chegou a 372 empresas e organizações, representando 36,08% do total de empresas e organizações.

A construção civil tem experimentado crescimento significativo no período de 2006 a 2017, apresentando uma performance de 353%. O segundo setor em crescimento do

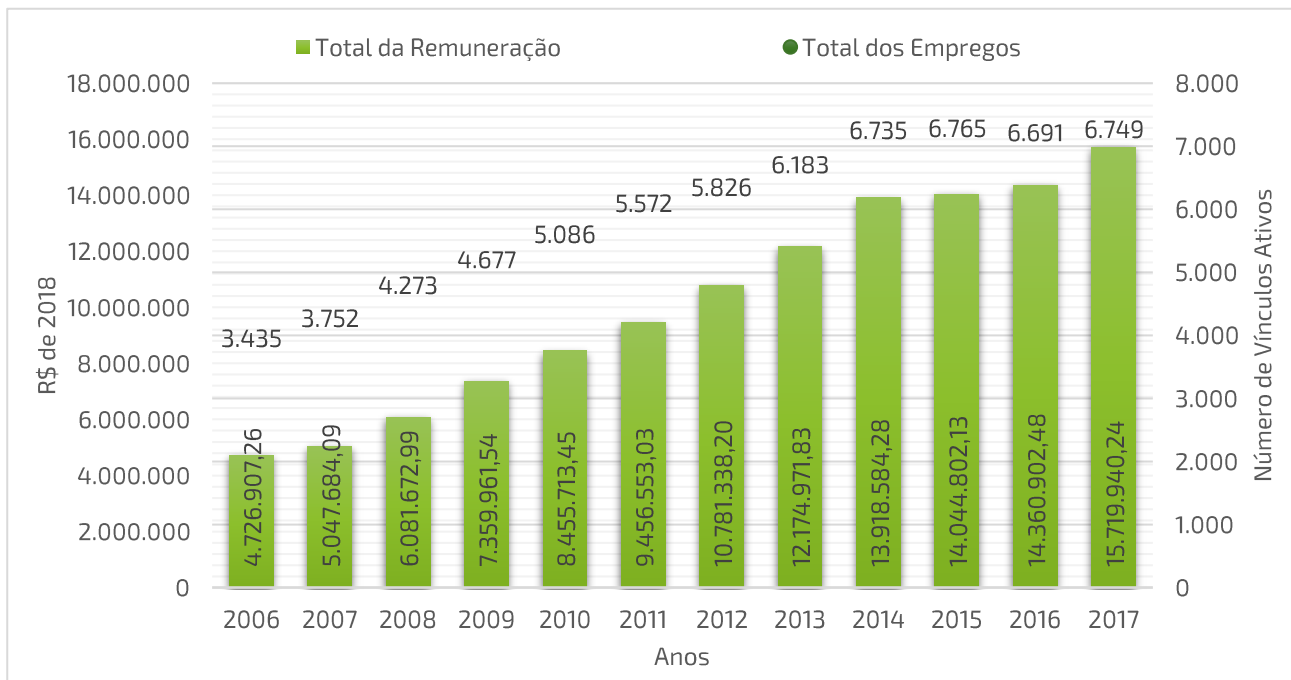
número de empresas e organizações foram as atividades profissionais, científico e técnicas, com uma elevação de 184%.

De um modo geral, verifica-se um crescimento constante do número de empresas e organizações no município, com o ápice no ano de 2013, quando chega a ter 1.031 empresas e organizações.

### 2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

**Figura 6.** Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



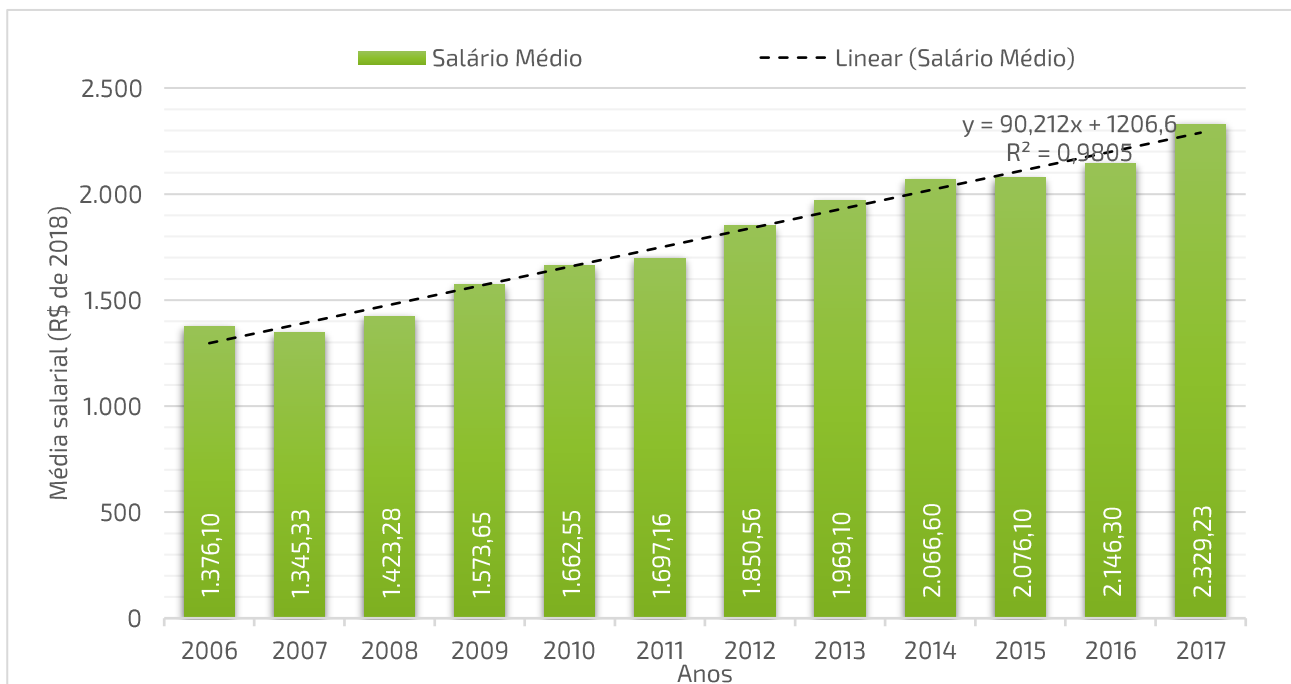
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 3.435 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$

4,726 milhões/mês em 2006 para 6.749 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 15,719 milhões/mês em 2017.

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.376,10 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.329,23 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município. A reta mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

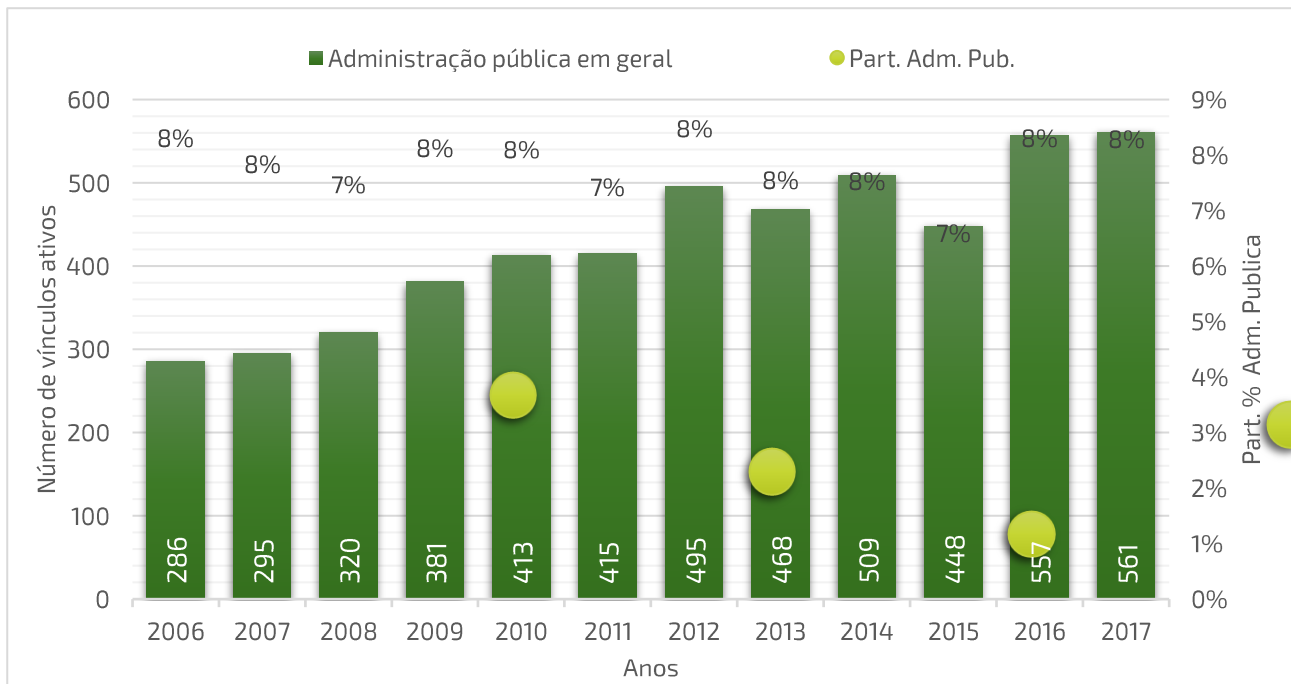
**Figura 7.** Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

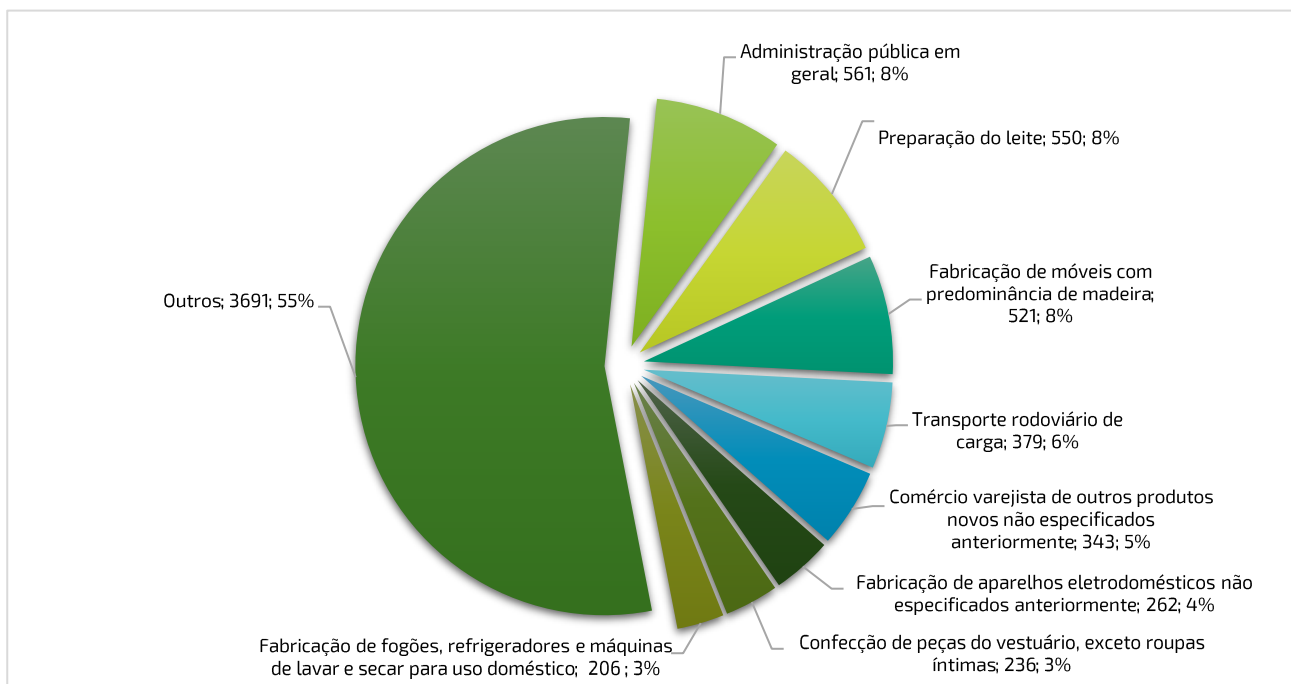
Demonstra-se na Figura 8 a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que essa participação se manteve ao longo do período em torno de 8%, com alguns anos apresentando queda para 7%, como 2008, 2011, 2015. Essa estabilidade da participação da administração pública manteve-se mesmo frente ao crescimento dos empregos gerados na iniciativa privada.

**Figura 8.** Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

**Figura 9.** Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas

áreas de atividade econômica no município onde apenas 8% dos postos de trabalho estão vinculados a Administração Pública em Geral<sup>4</sup>, que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 3.314 novos postos de trabalho, sendo que o setor ligado a indústria leiteira gerou 523 postos de trabalho, seguido pelo comércio, que gerou 313 postos e pela administração pública com 275 postos.

### 2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Neste sentido, 87,27% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 67,57% da área. Observa-se ainda que 11,24% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 25,42% da área total dos estabelecimentos do município (Tabela 3).

**Tabela 3.** Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	932	8.054,09	87,27	67,57
1-2	120	3.029,81	11,24	25,42
2-3	14	659,40	1,31	5,53
3-4	1	67,86	0,09	0,57
4-5	0	0	-	-
5-6	1	109,29	0,09	0,92
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	<b>1068</b>	<b>11.920,45</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

<sup>4</sup> Código CNAE 84.11-6

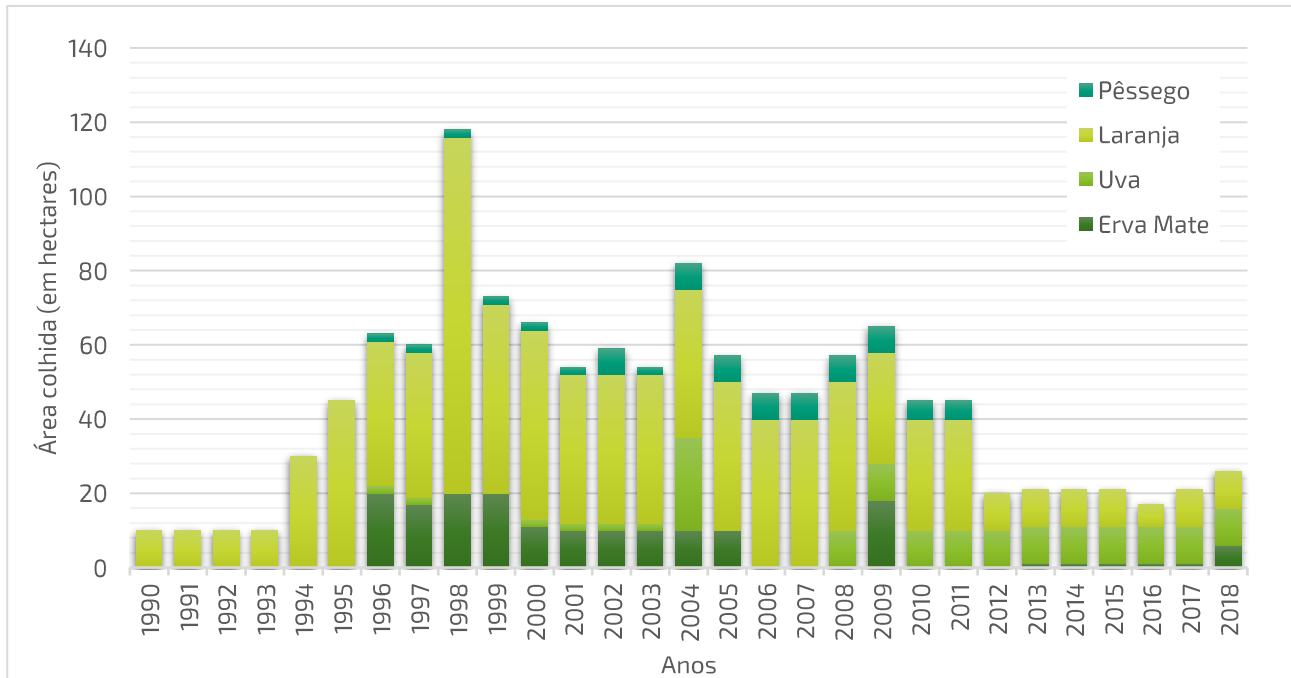
Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,82% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 98,52% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 155 hectares para culturas perenes e 4.441 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 10 para 26 hectares no período 1990 – 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária tiveram sua área reduzida de 20.556 hectares em 1990 para 5.890 em 2018, ou seja, uma redução de 71,35%.

Nas lavouras perenes observa-se um crescimento da cultura da laranja entre o período de 1990 a 1998, quando atingiu 96 hectares. A partir de 1999 iniciou-se uma trajetória de queda, até chegar aos 10 hectares em 2018. A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes no município.

**Figura 10.** Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

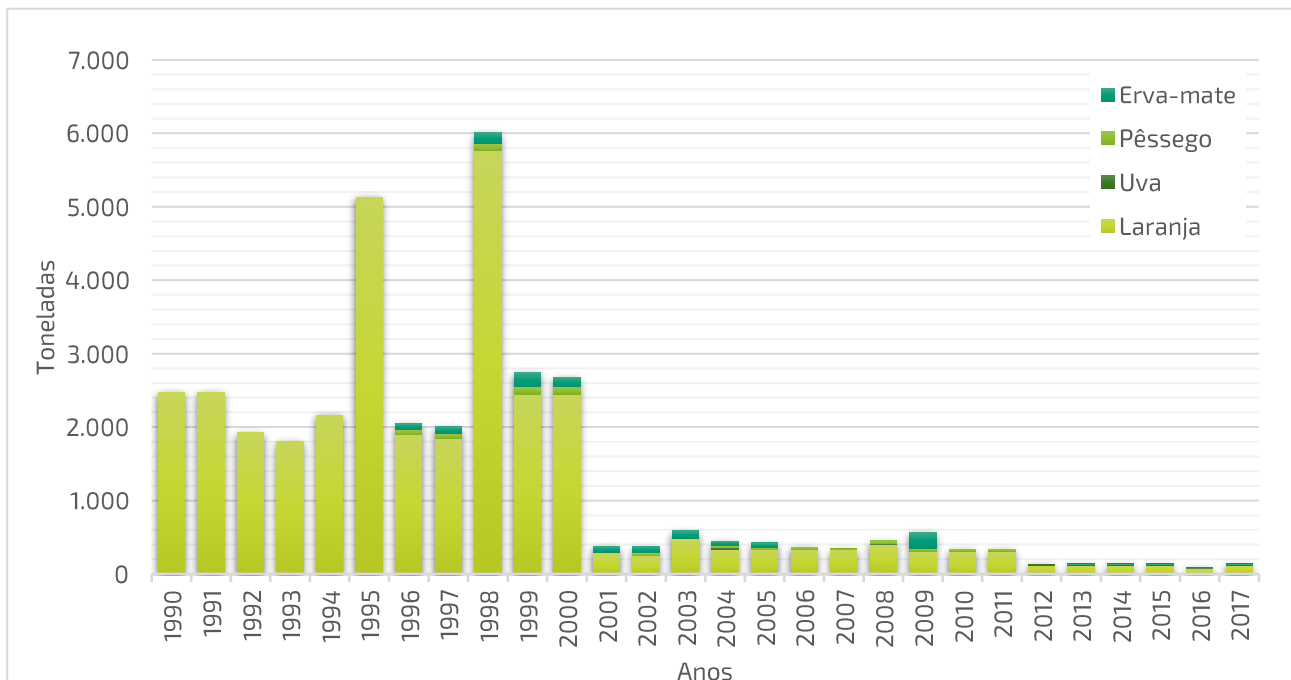
A viticultura (uva) passa a ter maior significância a partir de 2008, quando estava instalado 10 hectares da cultura, mantendo-se com essa área até 2018. Até o ano 2000 a



produção de laranja apresentou crescimento, por certo em decorrência do aumento da área cultivada verificada até o ano de 1998, quando chegou a 98 hectares cultivados. A partir daí, observou-se uma redução da área cultivada, que influenciou na produção que em 2001, teve o seu volume reduzido para 288 toneladas.

As culturas da erva-mate, do pêssigo apresentaram alguns picos durante o período, mas após 2010, apresentaram redução da produção. A cultura da uva estabilizou a produção em torno de 10 toneladas, o que se justifica quando olhamos a área colhida de 10 hectares, o que representa uma produtividade muito baixa para essa cultura.

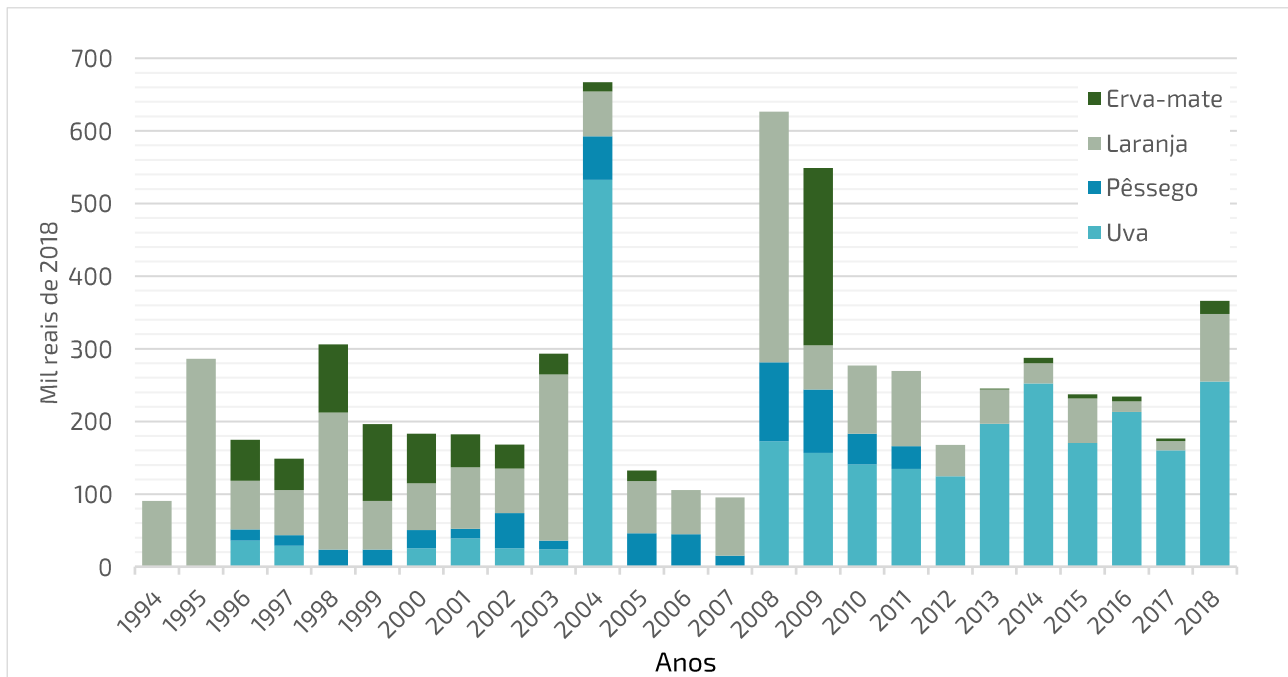
**Figura 11.** Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1990 – 2017



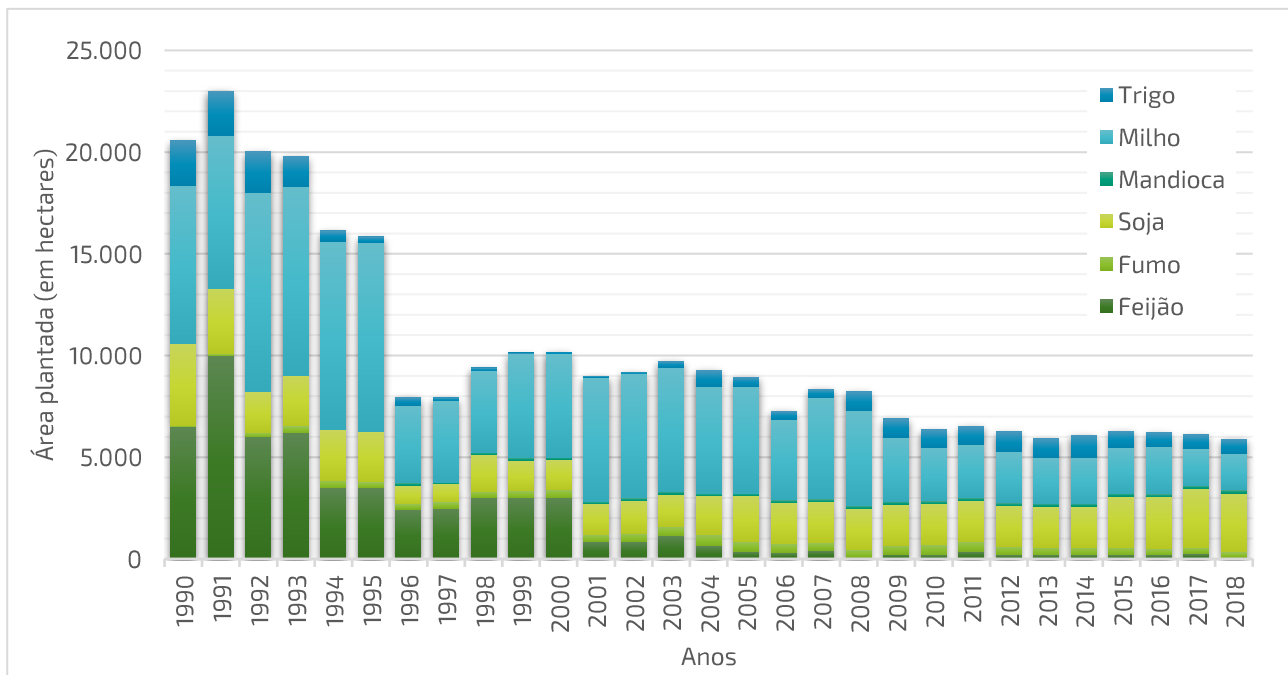
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A partir da Figura 12, pode-se observar o comportamento monetário das culturas permanentes, com destaque para a cultura da uva, que em 2004 teve um incremento em seu valor, quanto atingiu R\$ 532 mil e em 2018 com R\$ 255 mil. A cultura da laranja é a segunda mais relevante e chegou a resultar em R\$ 345 mil em 2008, mas encerrou 2018 com R\$ 93 mil.

Quanto a cultura da erva-mate, observam-se momentos de produção relevante, como no ano de 2009, mas as estatísticas mostram que esta deixou de movimentar grandes volumes monetários.

**Figura 12.** Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1998 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 13.** Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, um declínio das culturas de feijão, milho, trigo e soja, com reduções de 98,6%, 76,89, 68,18% e 27,5% na

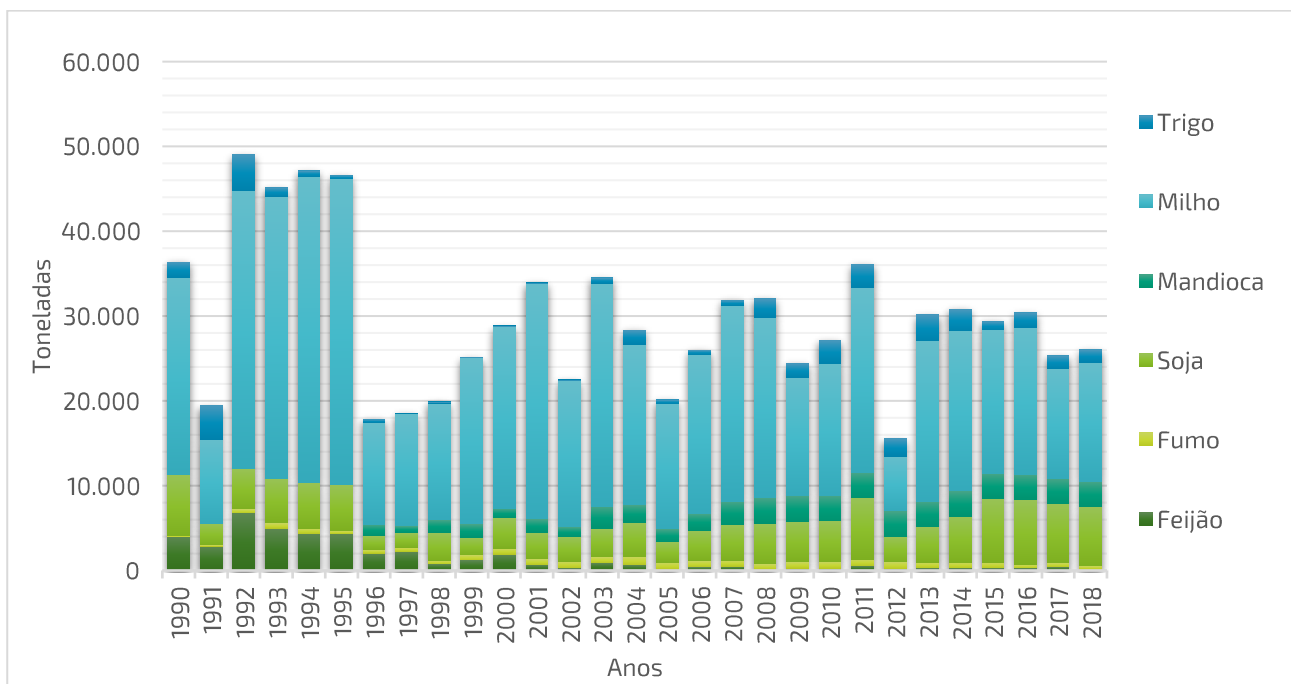
área plantada respectivamente. A culturas do fumo e da mandioca tiveram suas áreas aumentadas em 278,78% e 15,38% respectivamente.

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Uma primeira observação que apenas a cultura do fumo aumentou a quantidade produzida, passando de 3.360 toneladas em 2003 para 6.960 toneladas em 2018.

Se comparado 2018 a 1990, o fumo teve um aumento da quantidade produzida de 321%. Outra cultura que teve incremento na quantidade produzida foi a mandioca que ao comparar 2018 com 1996, teve um aumento da quantidade produzida de 122,55%. Feijão, soja, milho e trigo, tiveram reduções de 96%, 2,73%, 39,73% e 18,33 respectivamente.

Analisando-se essas quantidades produzidas em relação a área colhida, tem-se uma ideia de produtividade e nesse sentido, feijão, milho e trigo obtiveram um aumento de produtividade da ordem de 169,75%, 160,84%, 156,67%, com produtividade média em 2018 de 1.667 Kg/há, 7.800 kg/há, 2.100 kg/há respectivamente.

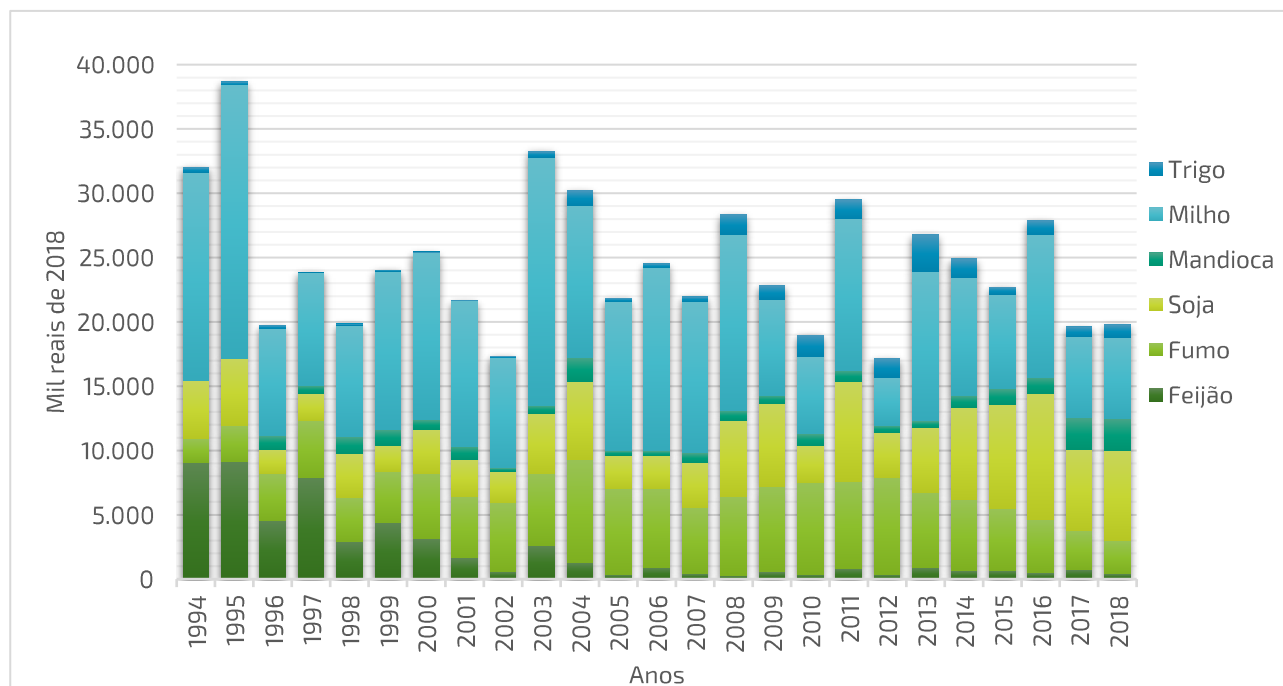
**Figura 14.** Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018 (ton.)



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais<sup>5</sup>, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 39 milhões em 1995 e no ano de 2018 reduziu para cerca de R\$ 19,8 milhões. Neste período, destaca-se a redução na produção de feijão, milho e fumo. Por outro lado, o valor da produção de mandioca e de soja aumentou.

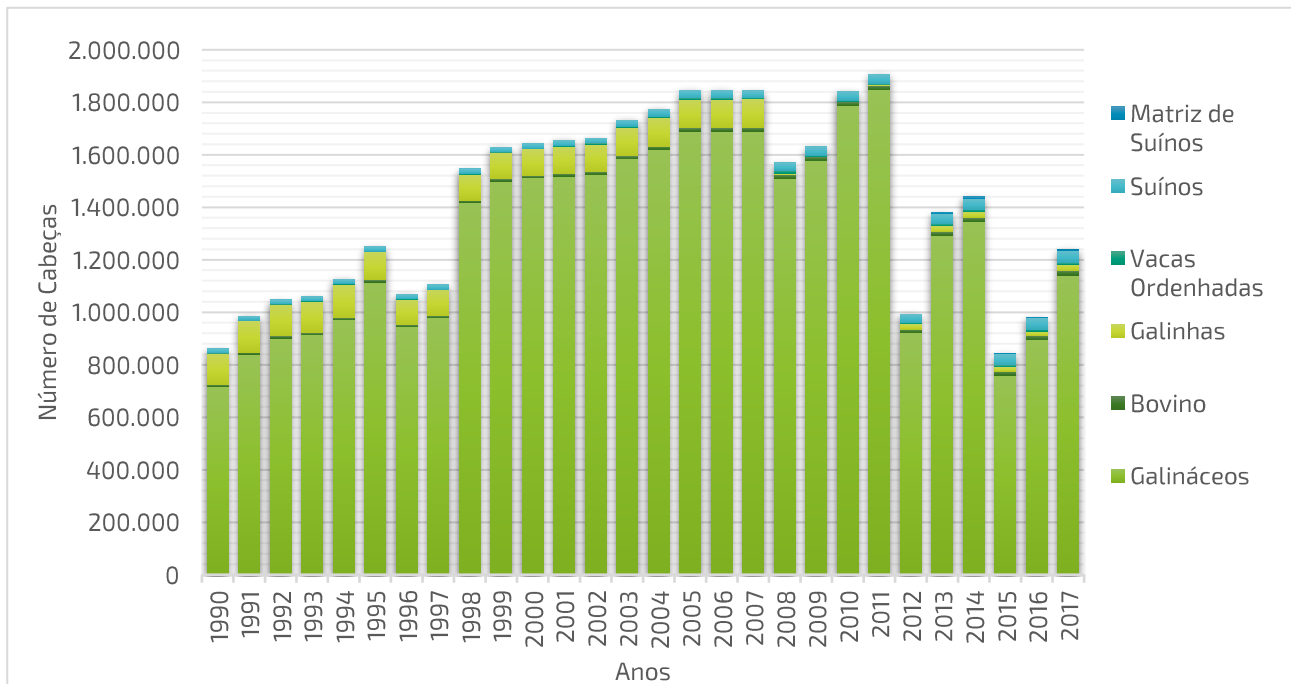
**Figura 15.** Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1990 e 2011 e uma clara tendência de redução entre 2012 a 2017.

<sup>5</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

**Figura 16.** Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017

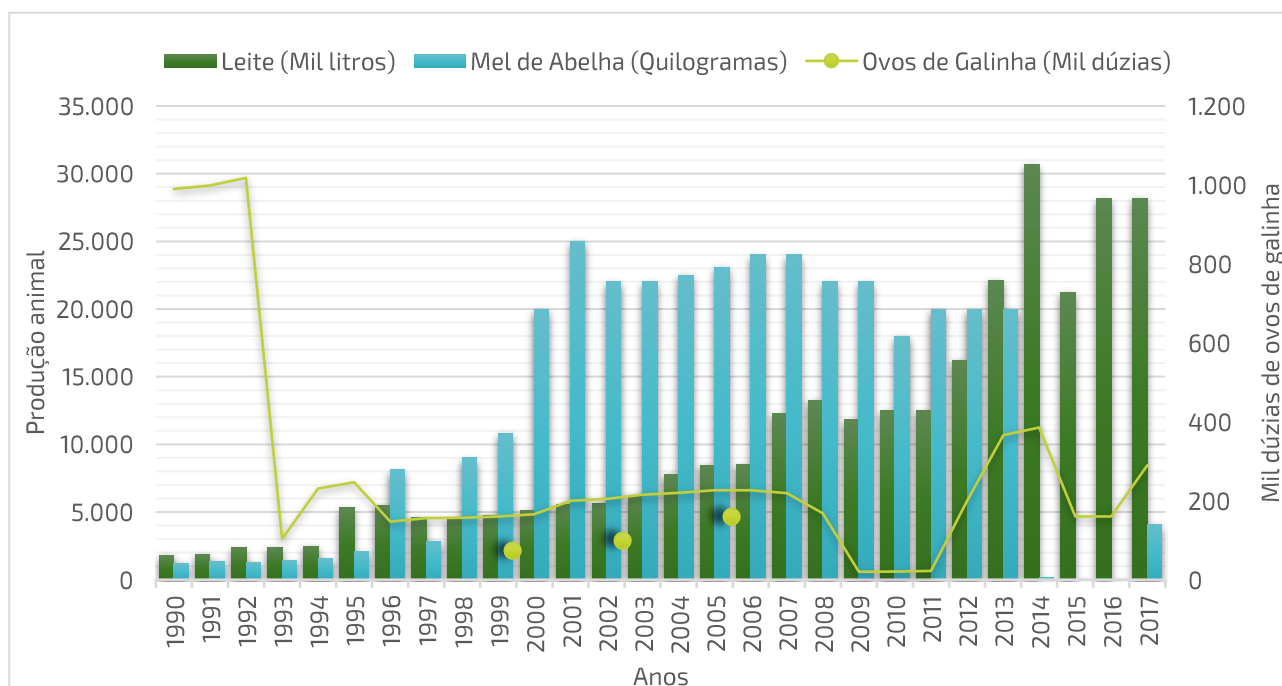
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos<sup>6</sup> apresentou um decréscimo de 26,82% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 177,5 mil cabeças para 140 mil. Já na categoria galinhas<sup>7</sup>, ocorreu uma redução de 79,63%, passando de 71,2 mil animais no ano de 1990 para 14,5 mil em 2017. O rebanho bovino apresentou um crescimento de 55,61% no período analisado, passando de 17,3 mil para 26,9 mil cabeças, respectivamente.

A partir da Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município alcançou 1,79 milhões de litros de leite. Em 2017 a produção foi de 28,19 milhões.

<sup>6</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

<sup>7</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

**Figura 17.** Produção animal: 1990 - 2017

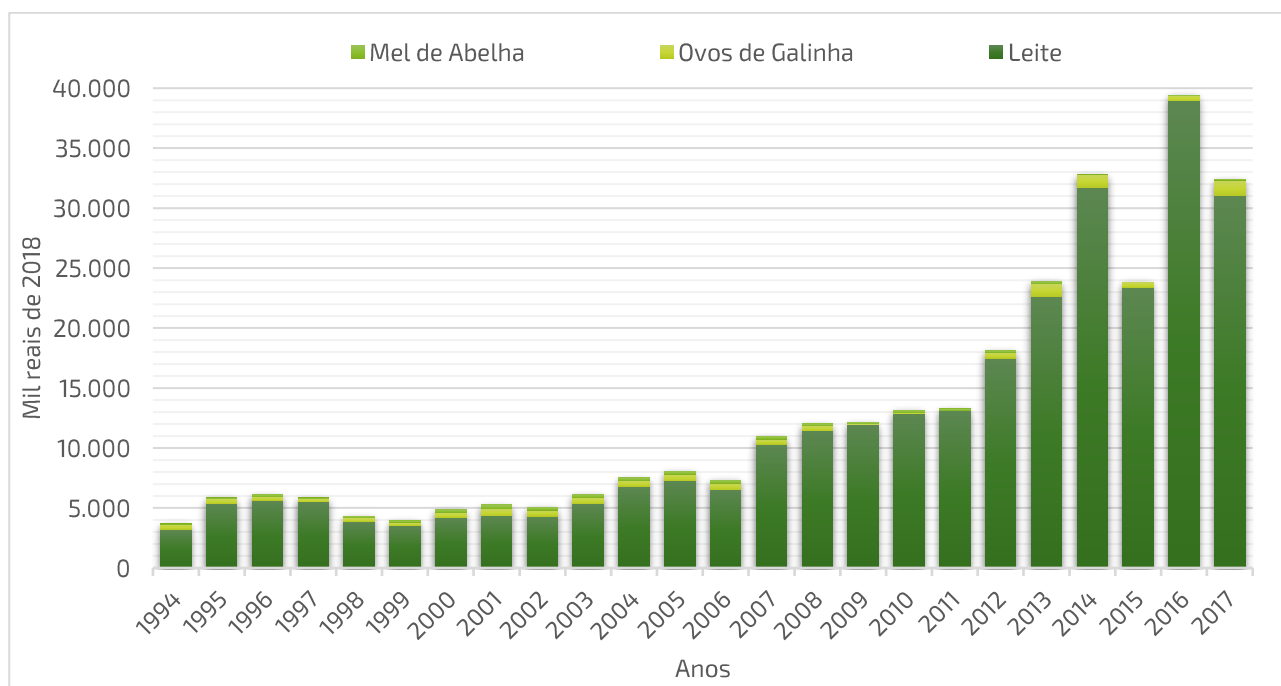
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel de mel no município foi incrementada a partir de 1990 e chegou a alcançar o volume de 25 mil quilos em 2001. Essa produção se manteve relativamente estável até 2013, mas com tendência de decréscimo. A partir de então, os registros mostram redução e em 2017 o município produziu o equivalente a 4,05 mil quilos.

A produção de ovos também tem diminuído, passando de 1018 mil dúzias em 2006 para 290 mil em 2017.

A atividade leiteira é a de maior impacto no valor da produção animal e apresenta uma clara tendência de intensificação, apesar da retração no valor da produção nos anos de 2015 e 2017. Entre 1994 e 2017, cresceu de R\$ 3,2 milhões para R\$ 31 milhões, chegando a alcançar R\$ 39 milhões no ano de 2016.

Por sua vez, o valor da produção de ovos passou de R\$ 445 mil para R\$ 1,3 milhões no período analisado. Já, o valor real da produção de mel evoluiu de R\$ 19 mil para R\$ 64 mil em 2017, mas chegou a ser de R\$ 325 mil em 2001, conforme é possível verificar na Figura 18.

**Figura 18.** Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 37 milhões para R\$ 71 milhões entre 1994 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

## 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

### 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

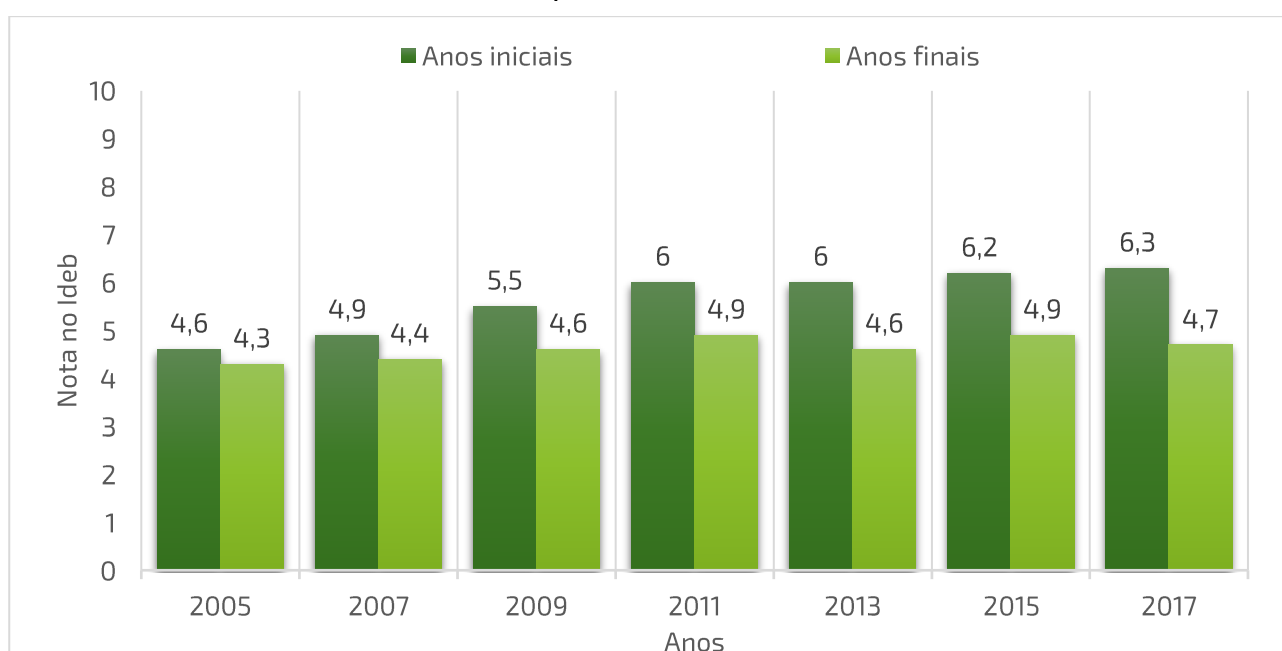
De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 99,2%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do

município, que em 2018 foi de 798 matrículas no ensino fundamental e 216 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 120 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 66 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 5 escolas no ensino fundamental e 3 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>8</sup> tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

**Figura 19.** IDEB das escolas do município de Pinhalzinho/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2017 e atingiu a nota 6,3.

<sup>8</sup> Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.



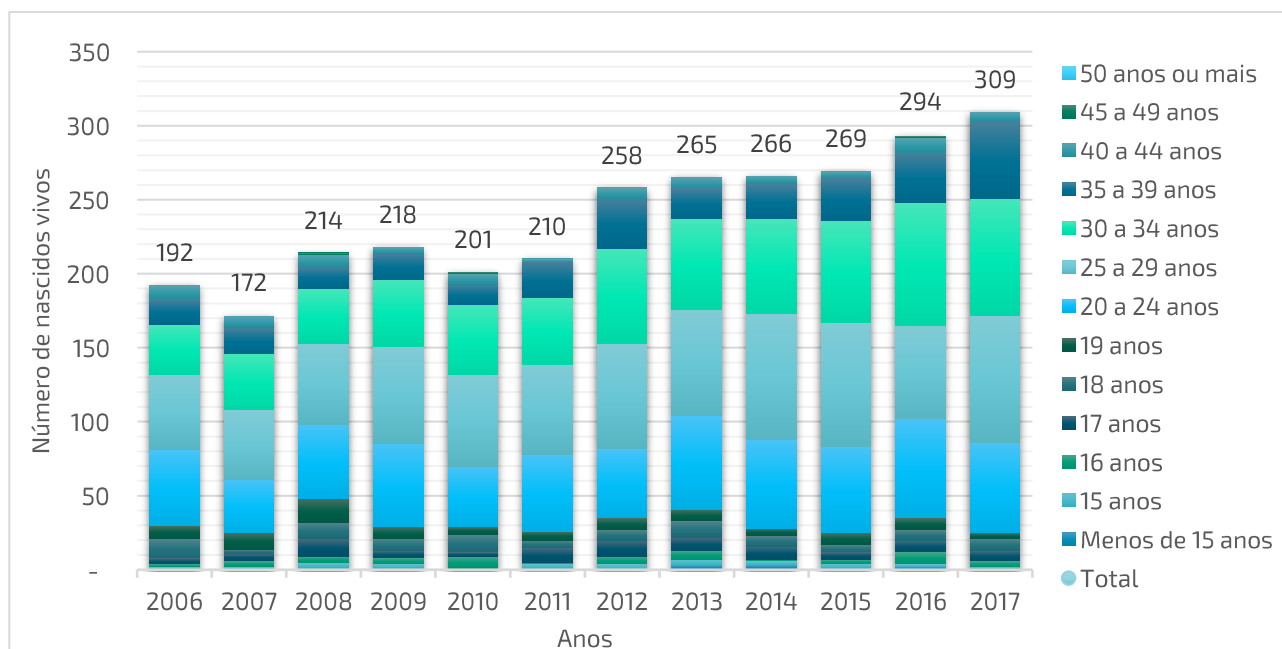
Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2015 e 2011, foram encontrados os índices mais altos (4,9), mas em 2017 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 4,7.

### 2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de aumento no número de nascimentos de crianças, partindo de 192 nascidos vivos em 2006 para 309 em 2017. Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Em 2017 foram registrados 13 partos em mães com menos de 18 anos, entre as quais, duas com menos de 15 anos. Apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos.

**Figura 20.** Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Pinhalzinho/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não

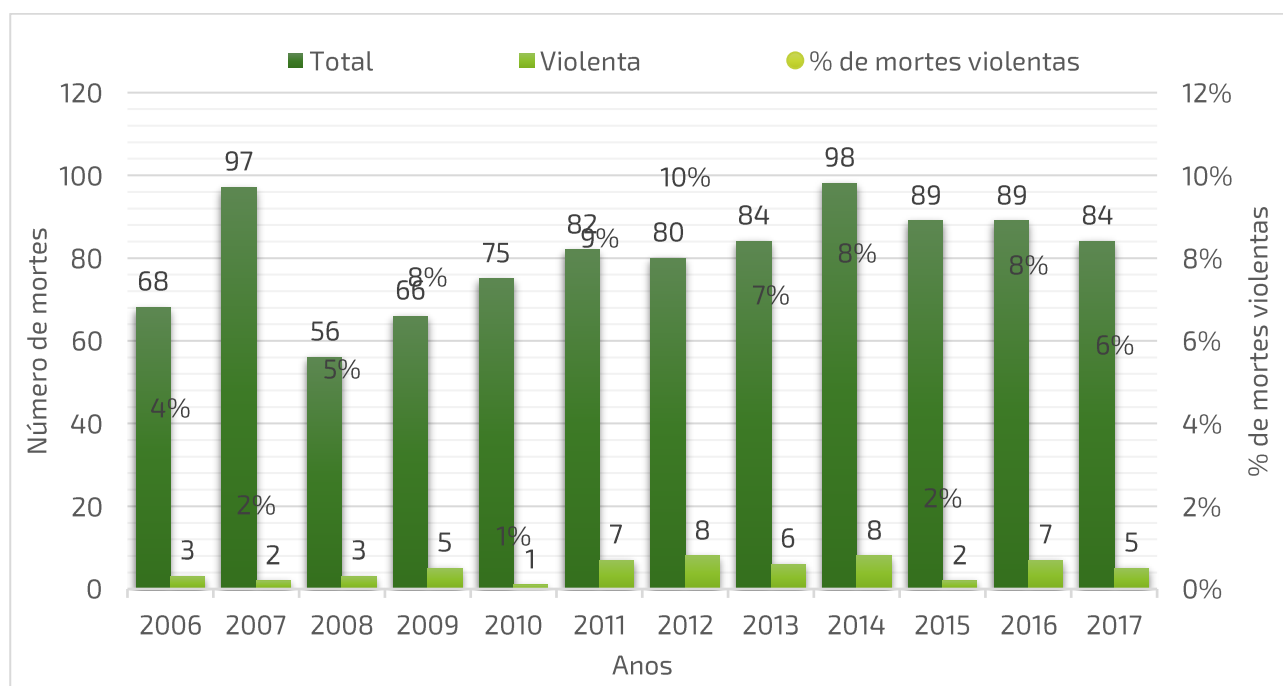
houve registros de mortalidade infantil e "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 6,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 168 de 295 e 164 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3814 de 5570 e 2889 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

### 2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 4% para 6% entre 2006 e 2017 e em 2012 chegou a alcançar 10%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2008 com 56 mortes, sendo 5% destas de forma violenta. O ano de 2012 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 8 de um total de 80, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 6%.

**Figura 21.** Óbitos, por natureza, em Pinhalzinho/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 968 óbitos, dos quais 57 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 6% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

### 2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Resumo dos Componentes do IFDM

<b>Emprego e Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos formais</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

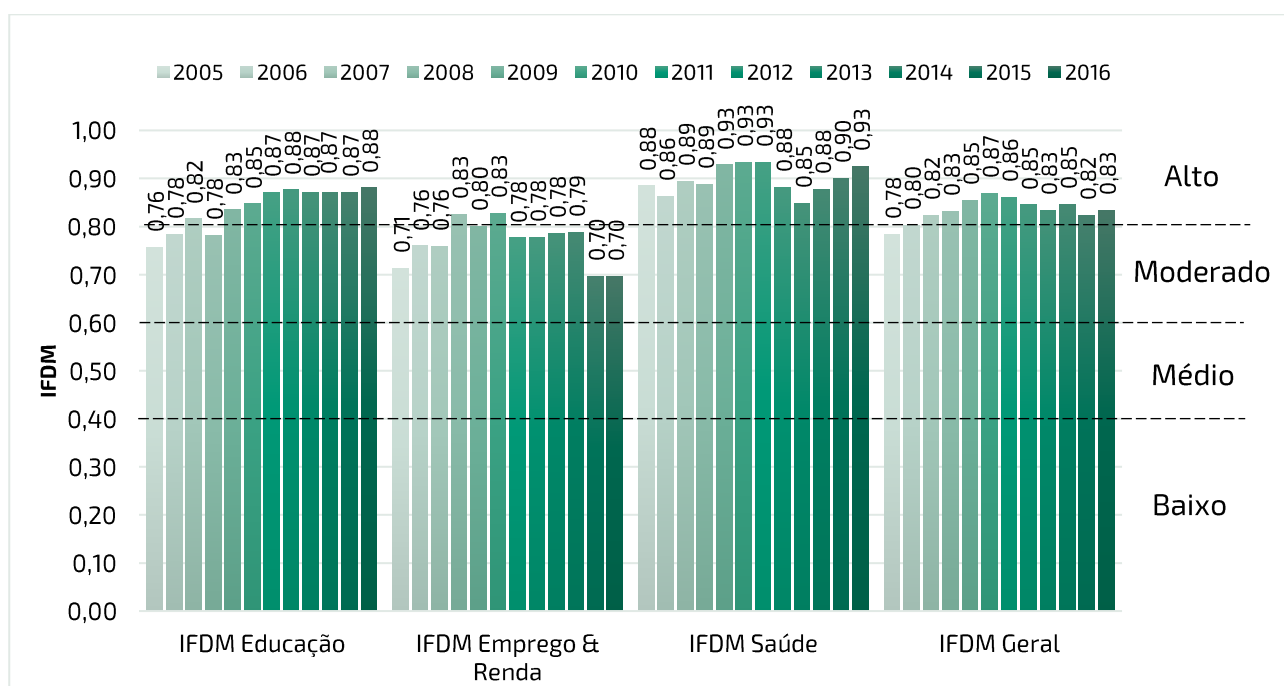
Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado. Destaca-se, neste contexto, que o IFDM Emprego e Renda chegou a 0,83 em 2010, mas caiu para 0,70 em 2016.

**Figura 22.** Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município teve uma tendência de crescimento do emprego e renda até ano de 2010, mas após estagnação reduziu no ano de 2015.

Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado alto.

Por fim, em um contexto como o observado e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

## 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Pinhalzinho possui "94,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 29,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 6 de 295, 78 de 295 e 108 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 202 de 5570, 3336 de 5570 e 1268 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 12,8 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 11,9 mil hectares. Destes, 10,12% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 7,69% como Reserva Legal e 77,52% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

**Tabela 4.** Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	12.829,80	
Número de imóveis rurais	1068	
Área total dos imóveis rurais	11.920,45	92,91
Área média:	11,16	
Área mínima/máxima:	0,30 / 109,29	
Área de Proteção Permanente – APP	1.205,85	10,12
APP - Recomposição	71,93	0,6
Reserva Legal	917,06	7,69
Vegetação Nativa	1.717,65	14,41
Servidão Administrativa	136,62	1,15
Área Consolidada	9.241,23	77,52

Banhados	7,39	0,06
Número de Nascentes	142	0
Uso Restrito	15,56	0,13
Hidrografia	241,23	2,02
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	909,35	7,09

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que dos 1.068 imóveis rurais, 63% mantém APP, 10% possuem nascente olho d'água, 43% tem reserva legal e 64% contam com vegetação nativa.

**Tabela 5.** Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA <sup>1</sup>	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA <sup>2</sup>	% IR com EA <sup>3</sup>	% IR sem EA <sup>4</sup>
Área de Proteção Permanente	677	1.278	391	63	37
Área Consolidada	1.008	9.241	60	94	6
Banhado	3	7	1.065	0	100
Hidrografia	654	163	414	61	39
Nascente olho D'água	112	-	956	10	90
Reserva Legal	464	917	604	43	57
Servidão Administrativa	702	137	366	66	34
Uso Restrito	9	16	1.059	1	99
Vegetação Nativa	683	1.718	385	64	36
Área Topo de Morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - PINHALZINHO					
Número Total de I.R.:	1.068	11.920,45			
Área Total do Município:		12.829,80			
% Área declarada/Área Município:		92,91			

<sup>1</sup> Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>2</sup> Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

<sup>3</sup> Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>4</sup> Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

### 3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

##### **Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL**

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

**Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL**

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

**Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL**

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

### **Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL**

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do SC**. In: \_\_\_\_\_. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-SC/> >. Acesso em: nov/2019.

PINHALZINHO, Prefeitura Municipal de. Dados Gerais. 2019. Disponível em: <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/historia>.

Portal Cidade Brasil. Perfil do Município de Pinhalzinho. 2019. Disponível em <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pinhalzinho-sc.html>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.